



portalbenews.com.br

NACIONAL Governo Federal está preocupado com valor da energia elétrica, diz Haddad ▶ **p3**

ENEL Ministério determina que distribuidora seja investigada por sucessivos apagões ▶ **p3**



Paulo Silveira/APS

Santos avança para implantação de ZPE

Estudo de viabilidade para implantação da zona de exportação foi entregue pela Infra S.A. em solenidade na Autoridade Portuária ▶ **p4**

Divulgação/FTC



Santa Catarina terá uma lei estadual de ferrovias ▶ **p7**

SÃO PAULO Audiências públicas discutem modelagem de concessão da Rota Sorocabana ▶ **p5**

REGIÃO NORTE Portfólio de projetos de bionegócios da Amazônia tenta captar até R\$ 4 milhões ▶ **p6**

GOIÁS Cidade de Jataí vai receber R\$ 58,5 milhões para construção de novo aeroporto ▶ **p6**

EDITORIAL

A importância da ZPE do Porto de Santos

A implementação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na região do Porto de Santos, no Litoral de São Paulo, é crucial para impulsionar o desenvolvimento regional e fortalecer a economia nacional. Essa iniciativa representa um passo significativo rumo à reindustrialização do País, promovendo a criação de empregos e agregando valor às exportações brasileiras.

A proximidade da ZPE com o maior porto do Brasil oferece inúmeras vantagens logísticas, permitindo uma integração eficiente entre as operações portuárias e as atividades industriais. Com a instalação de empresas voltadas para o benefício de cargas destinadas à exportação, a ZPE se torna um polo de desenvolvimento econômico, gerando oportunidades para investimentos e negócios que contribuirão para o crescimento sustentável da região.

Além disso, as isenções fiscais concedidas às empresas instaladas na ZPE incentivam o investimento e estimulam a competitividade no mercado internacional. Essa medida atrai o interesse de empresas nacionais e estrangeiras, impulsionando a inovação e a diversificação da produção.

A criação da ZPE também é estratégica para ampliar a movimentação de cargas e otimizar as operações do próprio Porto de Santos, como destaca o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini. Segundo ele, uma mercadoria desembarcada para ser beneficiada, passaria por esse processo na própria região do Porto, sem necessidade de grandes deslocamentos para isso e, assim, sem pressionar ainda mais a infraestrutura de transporte do País.

Portanto, é fundamental que os órgãos públicos e a iniciativa privada continuem colaborando para viabilizar a implantação da ZPE no Porto de Santos. Essa iniciativa representa um importante impulso para o desenvolvimento regional e para a reindustrialização do Brasil, contribuindo para a geração de riquezas e o aumento da competitividade da nossa economia.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- Santos dá grande passo para implantação de ZPE com estudo de viabilidade

HUB

- Governo libera utilização de R\$ 10,4 bilhões do Fundo Clima

NACIONAL

- Governo está preocupado com valor da energia elétrica, diz Haddad

Ministério determina que Enel seja investigada por sucessivos apagões

REGIÃO SUDESTE

- Audiências públicas discutem modelagem de concessão da Rota Sorocabana

REGIÃO NORTE

- Portfólio de projetos de bionegócios da Amazônia tenta captar até R\$ 4 milhões

REGIÃO CENTRO-OESTE

- Jataí vai receber R\$ 58,5 milhões para construção de novo aeroporto

REGIÃO SUL

- Santa Catarina terá uma lei estadual de ferrovias



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagem

Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas

Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Financiamento 1

O Governo liberou a utilização de R\$ 10,4 bilhões do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), para o financiamento de projetos de transição energética, como a implantação de parques solares e eólicos, e recuperação ambiental, como o restauro de florestas. O aval foi dado nessa segunda-feira, dia 1, pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Financiamento 2

Segundo as autoridades, este é o maior volume de recursos disponibilizados da história do fundo, criado em 2009 e que, desde então, possui uma carteira de contratos em vigor que soma R\$ 2,5 bilhões. Nos últimos quatro anos, o fundo praticamente não foi utilizado, segundo o governo. "Saímos do volume de recursos de R\$ 400 milhões (em média, por ano) para R\$ 10 bilhões, e esses recursos com certeza farão a diferença no processo de mudança da nossa matriz energética, agricultura resiliente, cidades resilientes, com adaptação e outras agendas", destacou a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ontem, em Brasília.

Financiamento 3

Ao lado de Marina Silva, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, explicou que os financiamentos com as taxas mais altas de juros serão para projetos na área de energia solar e eólica, que têm um mercado mais bem estabelecido no Brasil, definidas em 8% ao ano. Já a taxa para restauro de floresta será de apenas 1% ao ano. Todas as demais áreas, como financiamento para compra de ônibus elétricos, obras de resiliência para adaptação climática das cidades, descarbonização da indústria e agricultura, entre outros, terão taxa de juros de 6,15% ao ano.

Financiamento 4

"A taxa de juros que estamos oferecendo é equivalente à de um país que tem grau de investimento, captando recurso em dólar. Com uma diferença: quem pega financiamento não tem risco de câmbio porque a Fazenda garante essa taxa [por meio de um fundo garantidor contra risco cambial]. Então, é uma taxa muito competitiva e a demanda é muito forte. Vamos liberar com muita rapidez esses recursos", afirmou Mercadante.

Governo está preocupado com valor da energia elétrica, diz Haddad

Ministros discutem com o presidente Lula medidas para baratear o valor das tarifas e novas soluções para a transição energética

MARÍLIA SENA
marilia.sena@portalbenews.com.br

O Governo Federal quer reduzir em 3,5% o valor da conta de luz neste ano. A informação é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, após uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, na segunda-feira, dia 1º. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, também participaram do encontro.

De acordo com Haddad, o Palácio do Planalto está preocupado com o valor das contas de luz e por isso estuda medidas para reduzir os preços para os consumidores. Segundo ele, o encontro de segunda-feira foi para acertar a "compatibilização dos cronogramas de geração de energia e óleo solar com os leilões de linhas de transmissão".

Uma das medidas para a redução de 3,5% seria usar recursos antecipados da Eletrobras para quitar dois empréstimos contratados pelo setor de energia no mercado financeiro nos últimos anos. As dívidas são com relação à conta Covid, um empréstimo emergencial feito em 2020 para socorrer as empresas de energia na época de



Paulo Pinto/Agência Brasil

Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, uma medida para a redução de 3,5% na conta de energia seria usar recursos antecipados da Eletrobras para quitar empréstimos

alta da inadimplência, e a chamada conta da escassez hídrica, uma solução adotada em 2022 devido ao baixo nível dos reservatórios.

Uma Medida Provisória (MP) será publicada para reduzir as tarifas de energia elétrica. O texto também inclui a prorrogação de subsídios para fontes renováveis. Essa MP também amplia o acesso aos descontos nas tarifas por uso de rede para novos geradores, aumentando o prazo que era de 48 meses para mais 36 meses.

O ministro Alexandre Silveira também apresentou um

projeto para usar recursos da exploração de petróleo e de gás para reduzir despesas do setor de energia. De acordo com o titular de Minas e Energia, a medida seria feita usando parte dos repasses ao Tesouro Nacional feitos pela Pré-Sal Petróleo (PPSA).

Outras duas possibilidades também foram apresentadas para o presidente Lula. A primeira é buscar reduzir os subsídios na conta de luz passando parte deles para o caixa do Tesouro. A outra é equilibrar regas do mercado livre de energia com o mercado regulado,

grandes empresas e clientes das distribuidoras, respectivamente.

"A abertura de mercado promovida no final de 2017 criou uma distorção muito grave que é que a menor parte dos consumidores, que é a grande indústria, paga muito menos que a maior parte dos consumidores, que são os consumidores regulados. Preocupados com essa política tão fundamental que é a questão tarifária, nós fizemos uma primeira reunião para, juntos com a Fazenda, buscarmos soluções", disse Alexandre Silveira.

Ministério determina que Enel seja investigada por sucessivos apagões

Segundo o ministro Alexandre Silveira, distribuidora de energia corre o risco de perder a concessão em SP

MARÍLIA SENA
marilia.sena@portalbenews.com.br

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, determinou a abertura de uma investigação sobre a atuação da Enel, empresa que fornece energia para o estado de São Paulo. O pedido é devido aos últimos apagões na cidade de São Paulo.

"A abertura de mercado promovida no final de 2017 criou uma distorção muito grave que é que a menor parte dos consumidores, que é a grande indústria, paga muito menos que a maior parte dos consumidores, que são os consumidores regulados. Preocupados com essa política tão fundamental que é a questão tarifária, nós fizemos uma 1ª reunião para, juntos com a Fazenda, buscarmos

com a Fazenda, buscarmos soluções", disse Silveira.

De acordo com o ministro, com a medida a Enel corre o risco de perder a concessão. No último dia 22, a empresa foi condenada a pagar uma indenização a usuários que ficaram sem energia elétrica após um temporal em São Paulo no mês de novembro do ano passado.

A empresa também foi multada pela Aneel em R\$ 165,8

milhões pelo mesmo apagão. De acordo com o Governo Federal, na época cerca de 2,1 milhões de pessoas ficaram sem energia elétrica.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou a atitude do ministro. "Quero parabenizar o ministro Alexandre pelo procedimento aberto contra a empresa de energia Enel Brasil, responsável pelos recorrentes apagões em São Paulo".

REGIÃO SUDESTE

Santos dá grande passo para implantação de ZPE com estudo de viabilidade

Expectativa é de que o futuro empreendimento amplie a movimentação de cargas no porto da cidade

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@portalbenews.com.br

Em solenidade realizada na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS) na segunda-feira (1º), a Infra S.A., empresa federal vinculada ao Ministério dos Transportes, entregou um estudo de viabilidade para implementação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Santos (SP). O futuro empreendimento será instalado na região da área continental de Santos, com local exato a ser definido posteriormente. O Porto de Santos vê com otimismo a instalação de uma zona de exportação, visando ampliar a movimentação em volume de cargas pelo complexo.

Representando o Ministério de Portos e Aeroportos, a secretária-executiva da pasta, Mariana Pescatori, afirmou que a viabilização de uma zona de exportação próxima ao maior porto do país mostra um passo importante para o processo de reindustrialização no Brasil.

“Há alguns anos nós já tínhamos estudos feitos pelo Ministério para criar essa ZPE. Agora, capitaneados pelo município, estamos procurando uma localização adequada para a implementação, com parceria da iniciativa privada para que a gente possa levar adiante esse projeto. Para o porto é extremamente relevante porque vamos conseguir fazer o desenvolvimento de uma indústria



Anderson Pomini afirmou que a ZPE será um importante polo de desenvolvimento econômico e servirá para aumentar ainda mais a competitividade do Porto de Santos

próxima ao complexo, trazendo assim mais valor agregado às cargas a serem exportadas por Santos”, comentou.

Após a entrega de viabilização do projeto, tanto a Infra S.A. quanto a Prefeitura de Santos vão trabalhar em conjunto para a finalização dos estudos de implantação do futuro empreendimento. Na sequência, ele terá de ser protocolado junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, através de uma comissão que fará uma avaliação e posterior autorização para a criação

da ZPE.

O diretor-presidente da APS, Anderson Pomini, afirmou que a futura zona de exportação será um importante polo de desenvolvimento econômico e também servirá para aumentar ainda mais a competitividade do Porto de Santos.

Nós temos um problema em escoar produtos para o interior do país. Se tivéssemos essa ZPE próxima e conectada com as operações portuárias, ganharíamos em volumes de capacidade de movimentação de cargas. Poderia até duplicar

nossa capacidade, tendo em vista nossos investimentos em infraestrutura do porto. É importante e impactante positivamente para as operações portuárias”, disse.

Representando a Prefeitura de Santos, um dos principais incentivadores do projeto, o secretário de Assuntos Portuários e Emprego, Bruno Orlandi, detalhou que serão discutidas algumas leis municipais que vão precisar ser adequadas para a implementação do futuro empreendimento.

“Em toda a leitura que fize-

mos, a área continental de Santos se mostrou como o local mais adequado. Hoje, ela não tem toda a área ocupada, e também tem proximidade com ferrovias, rodovias e até de operadores portuários. A relação Porto-Indústria visa uma queda do custo logístico e isso é importante para o desenvolvimento da região”, comentou.

Uma ZPE reúne empresas voltadas ao benefício de cargas para exportação. Para isso, as companhias instaladas nessa área contam com isenções fiscais.

Indústrias já têm interesse em projeto, diz presidente da Infra S.A.

O presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, afirmou que o Governo Federal já recebeu manifestação positiva de empresas do ramo industrial que desejam operar na futura ZPE de Santos.

“Já recebemos muitos contatos de algumas empresas,

que manifestaram interesse nessa área, que é de suma importância para o Porto de Santos e para o país. Tudo isso visando ter uma exportação mais segura e com um preço muito mais competitivo”, revelou.

Durante a solenidade,

Bastos e a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, comentaram que os estudos de viabilização levaram pouco mais de um ano, tendo iniciado no ano passado. O presidente da Infra S.A. relatou os principais desafios em relação ao

processo.

“Buscar e identificar uma área que seja economicamente viável, que a Prefeitura tenha condições de estabelecer a possibilidade sem que haja vínculo com o Governo do Estado ou o Governo Federal. E dentro disso, estabelecer as indústrias

que possam chegar e operar”, disse.

Por fim, Bastos revelou que o trabalho agora é fazer uma análise mais abrangente da ZPE. “Vamos desenvolver a melhor opção para fazer o estudo completo, para que (a ZPE) entre em licitação”.

REGIÃO SUDESTE

Audiências públicas discutem modelagem de concessão da Rota Sorocabana

Projeto abrangendo a expansão, operação e manutenção de 450 km em dez rodovias

Da Redação
redacao.jornal@portalbenews.com.br

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) conduziu audiências públicas tanto presenciais quanto online para colher contribuições da sociedade civil a respeito do projeto de concessão do trecho rodoviário conhecido como Rota Sorocabana. Este projeto, abrangendo a expansão, operação e manutenção de 450 km de rodovias, recebeu sugestões valiosas durante as sessões realizadas no auditório do Sest Senat, em Sorocaba, e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER), na capital paulista.

Nessas audiências, prefeitos locais, parlamentares e re-

presentantes da comunidade expressaram suas opiniões e ideias. Dentre as sugestões recolhidas, estão propostas para a instalação de obras de arte, dispositivos de tráfego, iluminação, pontos de ônibus, ciclovias, áreas de descanso para caminhoneiros e postos de Serviço de Atendimento aos Usuários (SAUs), todas visando melhorar a segurança e mobilidade da população local. A Artesp, juntamente com a Secretaria de Parceria em Investimento, analisará todas essas contribuições para verificar sua viabilidade e incorporá-las ao projeto.

O escopo da concessão abrange dez importantes rodovias: Raposo Tavares (SP-270); Castello Branco (SP-280); João Leme dos Santos (SP-264); Bujiri Nakao (SP-250); Nequinho Fogaça (SP-139); Antunes Soares (SP-079); José Ermírio de



Divulgação/Governo de São Paulo

O projeto inclui investimentos para duplicação de estradas, implantação de faixas adicionais, construção de dispositivos, obras de arte, passarelas, acostamento e pontos de ônibus

como socorro mecânico, guincho, primeiros socorros e monitoramento por câmeras.

Estima-se que esses investimentos gerem mais de 8,5 mil empregos diretos e indiretos. Além disso, a rodovia contará com um sistema de pagamento de tarifas totalmente automático (sistema free flow), proporcionando uma cobrança mais justa com base na distância percorrida. As vias atualmente sob concessão da ViaOeste terão suas praças de pedágio substituídas por pórticos, resultando em uma redução de aproximadamente 20% na tarifa por quilômetro, além de diminuir o tempo de viagem e as emissões de dióxido de carbono.

Morais (SP-075); Dr. Celso Chauri (SPI-091/270); Doutor Miguel Affonso Ferreira de Castilho (SPA-103/079) e Rodovia João Guimarães (SPA-104/079).

Esse projeto trará benefícios para 18 municípios da região, incluindo investimentos para duplicação de 73,7 km de estradas, implantação de 27,74 km

de faixas adicionais, construção de 52 novos dispositivos, 18 obras de arte especiais, 18 passarelas, 272,92 km de acostamento e 168 novos pontos de ônibus. Além disso, serão realizadas melhorias nos dispositivos de acesso e retorno, obras de adequação, implantação, reconstrução e duplicação de vias, juntamente com serviços

SANTOS EXPORT 2024

SANTOS - SP

22 E 23 DE ABRIL

Blue Med Convention Center



Transmissão ao vivo pela TV BE News

Encontro exclusivo para autoridades, patrocinadores, conselheiros e convidados do Brasil Export

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

REGIÃO NORTE

Portfólio de projetos de bionegócios da Amazônia tenta captar até R\$ 4 milhões

Soluções com base na biodiversidade têm o objetivo de estimular tecnologias sustentáveis

JÚNIOR BATISTA

junior.batista@portalbenews.com.br

O Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) disponibilizou a primeira parte do portfólio de projetos e soluções que estão aptos a receber investimentos estabelecidos pela Lei de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). São oito iniciativas envolvendo pesquisas que já estão em desenvolvimento no CBA. O valor dos projetos varia de R\$ 1,5 milhão a R\$ 4 milhões.

Os projetos seguem o padrão do CBA: todos são desenvolvidos a partir da pesquisa aplicada em biodiversidade, estimulando o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis em laboratórios multiusuários de alta tecnologia, ambiente com sistema de inovação aberta e parceria para negócios.

As iniciativas têm como diretrizes o incentivo à estruturação e o fortalecimento das



Divulgação/CBA

Os projetos desenvolvidos no CBA buscam estimular o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, ambiente com sistema de inovação aberta e parceria para negócios

cadeias produtivas, com foco na preservação do meio ambiente e promoção dos benefícios sociais e econômicos para as comunidades tradicionais e na valorização do conhecimento de origem amazônica.

“A divulgação desse portfólio é um passo extremamente importante para aumentar o diálogo do CBA com essa comunidade empresarial e investidora em projetos de PD&I”, destacou o diretor-geral do CBA, Márcio Miranda.

Para a diretora de Bionegócios do CBA, Andrea Lanza, os projetos selecionados contemplam prioritariamente a valorização das cadeias produtivas e o compartilhamento de benefícios com as populações tradicionais. “Essa é a grande missão que o CBA tem buscado desenvolver”, disse ela.

O diretor de Operações do CBA, Caio Perecin, ressaltou que a seleção se deu buscando

entender o que o setor buscava. “A gente buscou entender as demandas do mercado com as empresas, produtores, agentes de governo e organizações não governamentais que também têm conhecimento das cadeias produtivas, para atender a essas demandas com novas soluções tecnológicas que promovam a geração de novos bionegócios e a geração de renda para as populações ribeirinhas e populações tradicionais”, afirmou.

O secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollemberg, ressaltou a importância do Centro. “O CBA e aos projetos desenvolvidos na instituição são fundamentais para fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais, com foco no desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia”, explicou.

O conjunto de iniciativas é o seguinte:

1 - Utilização do lodo de Estação de Tratamento de Esgoto para a produção de adubo orgânico;

2 - Obtenção e caracterização de bebida clarificada de bacaba e açaí e estudo clínico de sua utilização no controle de aterosclerose e obesidade;

3 - Biodefensivos para a Agricultura: Utilização de microrganismos no controle biológico de pragas e doenças de cultivos de importância econômica na Amazônia;

4 - Biofertilizantes para o emprego em sistemas de produção agrícola regionais a partir de microrganismos amazônicos;

5 - Estruturação da cadeia produtiva do curauá para a elaboração de protótipos;

6 - Desenvolvimento de embalagens inteligentes e sustentáveis à base de resíduos agroindustriais;

7 - Microalgas amazônicas como fonte de insumos para produtos plant based e para a obtenção de pigmentos naturais;

8 - Estruturação da Central Analítica do CBA para o monitoramento da qualidade na cadeia produtiva de óleo de copaíba.

REGIÃO CENTRO-OESTE

Jataí vai receber R\$ 58,5 milhões para construção de novo aeroporto

Futuro empreendimento está inserido no Plano Aeroviário Nacional do Ministério de Portos e Aeroportos

JÚNIOR BATISTA

junior.batista@portalbenews.com.br

A cidade de Jataí, no sudoeste do estado de Goiás, a cerca de 300 km da capital Goiânia, vai receber um novo aeroporto com investimento previsto de R\$ 58,5 milhões pelo Ministério dos Portos e Aeroportos.

A prefeitura da cidade já lançou o processo licitatório para a contratação de uma empresa de engenharia para as obras e receberá propostas até o dia 6 de maio.

A construção do aeródromo está inserida no Plano Aeroviário Nacional (PAN) do Ministério, cujo objetivo é fomentar



Divulgação/Prefeitura de Jataí

Área onde será construído o aeroporto: a prefeitura da cidade já lançou o processo licitatório para a contratação de uma empresa de engenharia e receberá propostas até 6 de maio

o desenvolvimento do transporte aéreo no país. A ideia é aumentar o turismo na região Centro-Oeste.

Com o investimento de R\$ 58,5 milhões, a nova estrutura contempla, na primeira etapa, a construção do sistema de pista de pouso e decolagem e taxiamento, pátio de aeronaves, vias de serviço, drenagem, cerca operacional e patrimonial, áreas

de segurança, via de acesso e estacionamento, auxílios à navegação aérea, dentre outras.

Financiado pelo Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC), gerido pelo MPor, o investimento do novo aeroporto terá contrapartida municipal de cerca de 30% do valor total. As obras serão contratadas e fiscalizadas pelo município e tem prazo estimado para serem

executadas em 14 meses após a contratação da empresa vencedora e emissão de ordem de serviço.

A segunda etapa da construção, que compreende o terminal de passageiros e edificações, está em fase final de ajuste de projeto e terá a licitação autorizada em breve, segundo o Ministério de Portos e Aeroportos.

Situada no sudoeste de Goiás e com pouco mais de 100 mil habitantes, Jataí é destaque na produção nacional de milho, sendo a principal produtora do grão no País, de acordo com a administração municipal.

O município possui uma área superior a 215 mil hectares semeados em segunda safra e uma produção anual de quase 1,5 milhão de toneladas, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além disso, Jataí também se destaca na produção de soja, com mais de 300 mil hectares cultivados a cada safra.

Santa Catarina terá uma lei estadual de ferrovias

Medida dará ao estado autonomia para autorizar a concessão de novos trechos ferroviários

Divulgação/Governo de Santa Catarina

Da Redação
redacao.jornal@portalbenews.com.br



O gerente de Ferrovias, Sílvio dos Santos, o superintendente de Transporte Ferroviário da ANTT, Ismael Trinks, e o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias de SC, Beto Martins

O Governo de Santa Catarina está empenhado na elaboração da Lei Estadual de Ferrovias. Com essa medida, o estado terá a capacidade de autorizar a concessão de novos trechos ferroviários de forma autônoma. O encaminhamento desta legislação foi tema de discussão entre o secretário de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF), Beto Martins, e o superintendente de Transportes Ferroviários da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ismael Trinks, durante encontro em Brasília.

“Temos dois projetos ferro-

viários em andamento em Santa Catarina e viemos buscar informações sobre como preparar a nossa legislação para o setor.

Com uma Lei Estadual, estaremos preparados para os passos seguintes, como a possibilidade de autorizar concessões”, decla-

rou Beto Martins.

Além de abordar a questão da legislação junto à ANTT, durante a audiência o Executivo

estadual expressou interesse em assumir a responsabilidade pela gestão dos trechos ferroviários já existentes, caso não haja renovação da atual concessão.

“Se isto acontecer, esta é uma possibilidade que pretendemos aprofundar com a ANTT. Santa Catarina terá um reforço em seus ativos que poderão valorizar um futuro pacote de concessão de ferrovias no Estado”, acrescentou o secretário.

A agenda dos representantes da SPAF em Brasília incluiu também reuniões na Secretaria Nacional de Transportes Ferroviários (SNTF) e na Infra SA. A comitiva catarinense apresentou os projetos em curso, com vistas a estabelecer futuras parcerias e integrar os projetos do estado no planejamento nacional para a expansão da malha ferroviária.

BE NEWS 19h

VOCÊ É NOSSO CONVIDADO!

Fique por dentro de tudo que move o mercado.

APRESENTAÇÃO

NÚRIA BIANCO

De segunda a sexta-feira, às 7 da noite, o telejornal BE News 19 horas traz as principais notícias do setor de Infraestrutura em todo o Brasil e nos principais mercados internacionais.

ACESSE E INSCREVA-SE



TV BE News no Youtube
@tv_benews



www.tvbenews.com.br

REDE
BE NEWS
JORNAL • PORTAL • TV